



Brasília, 26 de dezembro de 2024

Nota à Presidência da República do Brasil

V. Exa. Celso Amorim: Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República

V. Exa. Márcio Macêdo: Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

V. Exa. Mauro Vieira: Ministro das Relações Exteriores

V. Exa. Rui Costa: Ministro-Chefe da Casa Civil

As organizações sociais abaixo subscritas vêm, por meio desta, solicitar ao governo e autoridades brasileiras a adoção de medidas concretas para ajudar a garantir a transição democrática e pacífica na Venezuela. Esta manifestação ocorre no marco de cinco meses passados desde a eleição geral daquele país, marcada por graves irregularidades.

A despeito de fortes indícios de fraudes eleitorais identificados e documentados por observadores internacionais, o presidente Nicolás Maduro avança para assumir seu terceiro mandato. Contudo, até o presente momento não apresentou as atas eleitorais que comprovem a sua vitória no pleito deste ano. O Comitê dos Direitos Humanos da ONU, no entanto, recentemente anunciou a abertura de um processo formal para investigar a alegada fraude nas eleições de julho passado na Venezuela e exigiu que se preservassem os registros da contagem até que seja julgado o mérito da questão.

Na Venezuela há violações generalizadas de direitos humanos e desrespeito à vontade popular expressa nas urnas, uma situação que não pode ser normalizada ou aceita pelo Brasil. Sendo um país que se propõe a liderar uma coalizão internacional em defesa da democracia, o Brasil deve agir com firmeza diante desse cenário de grave crise político-institucional e deterioração democrática, das liberdades públicas e dos direitos humanos no país vizinho.

Expressamos toda a nossa solidariedade com as organizações de direitos humanos e de defesa da democracia na Venezuela e solicitamos ao governo brasileiro as seguintes medidas:



1. **Não reconhecimento do resultado eleitoral venezuelano** enquanto as atas eleitorais originais não forem apresentadas e verificadas e até que o Comitê de Direitos Humanos da ONU se pronuncie sobre o mérito da demanda que está sob sua análise formal.
2. **Garantia de proteção e saída dos asilados políticos venezuelanos** que se encontram na embaixada da Argentina em Caracas, sob a custódia do governo brasileiro.
3. **Apoio à sociedade civil organizada venezuelana**, que enfrenta criminalização e repressão severa pelo governo atual da Venezuela.
4. **Atuação pela libertação de todas as pessoas presas arbitrariamente** após as manifestações em razão das fortes evidências de fraude eleitoral, garantindo sua integridade física e o devido processo legal.

Reafirmamos a necessidade de o Brasil desempenhar um papel ativo e comprometido na promoção da democracia e na defesa dos direitos humanos na América Latina. A situação na Venezuela exige uma resposta urgente e coordenada da comunidade internacional, na qual o Brasil tem uma posição estratégica e de liderança.

Atenciosamente,

1. ARTIGO 19 Brasil e América do Sul
2. Associação Brazil Office
3. Conectas Direitos Humanos
4. Human Rights Watch
5. Transparência Eleitoral Brasil
6. Transparência Internacional Brasil